

Corte poderá alcançar 5%

O governo não vai promover de imediato a desindexação total da economia, mas apenas um expurgo de cerca de 5% sobre o INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor) que se transferirá automaticamente à correção monetária, de uma só vez, para evitar que os aumentos de preços decorrentes da retirada de subsídios diretos ao trigo e ao petróleo venham a realimentar a inflação: este raciocínio foi confirmado ontem pelo assessor especial para assun-

tos econômicos da Seplan, Akihiro Ikeda, com a explicação de que essa é a fórmula que tem encontrado mais consenso entre as autoridades e técnicos governamentais.

Num segundo momento, de acordo com Ikeda, seria o caso de se reestudar a correção cambial: pela Resolução 802 do Banco Central, que está em vigor, a partir do próximo mês terão que ser equiparadas a correção monetária, a correção cambial e a inflação medida pelo IGP (Índice

Geral de Preços). O assessor do ministro Delfim Netto admite que aquela resolução deve ser alterada, através do Conselho Monetário Nacional, para que preços internos que não têm nada a ver com exportação não continuem realimentando a correção cambial.

“A longo prazo é tecnicamente impossível fazer a desindexação como querem alguns” — comentou Ikeda, pois teria influência sobre todo o comportamento da economia.